

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ESO
CURSO BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

FLÁVIA DE OLIVEIRA FERNANDES

Do terreiro à sala de estar: Um estudo arqueológico da cultura material
de pretos-velhos do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo
Mendonça de Souza

MANAUS – AM

2017

FLÁVIA DE OLIVEIRA FERNANDES

Do terreiro à sala de estar: Um estudo arqueológico da cultura material
de pretos-velhos do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo
Mendonça de Souza

Monografia apresentada ao Curso de Arqueologia, da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO/UEA, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana de Lima Pedrosa Santos.

MANAUS - AM

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

FERNANDES, Flávia de Oliveira. Do terreiro à sala de estar: Um estudo arqueológico da cultura material de pretos-velhos do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza. 2017. Monografia de Conclusão de Graduação em Arqueologia. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Escola Superior de Ciências Sociais – ESO.

Palavras-chave: Pretos-Velhos; Arqueologia Histórica; Patrimônio Cultural; Identidade; Memória.

À minha família, por todo amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família pelo amor incondicional e incentivo em todos os momentos de minha graduação, por respeitarem e abraçarem a minha escolha pela Arqueologia.

À prof^a. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos, por aceitar me orientar, pelas discussões desenvolvidas, pela paciência e confiança em mim depositadas.

À todos os meus amigos, ao corpo docente e aos colegas de sala, que juntos passamos por vários sufocos, mas sempre nos apoiamos, principalmente à Viviane, Luiza, Karen, Marcus e Luana pelo companheirismo, pelas risadas e trocas de ideias.

À prof^a. Msc. Maria Arminda Castro Mendonça de Souza, um agradecimento especial, pelo carinho, pelas conversas, sempre atenciosa e disposta ajudar todos aqueles que a procurassem.

À museóloga Livia Baêta, pela atenção e pelas conversas que foram esclarecedoras.

Ao Jorge Denis da Secretaria de Cultura do Estado – SEC, pela disponibilidade e ajuda no levantamento das informações referentes ao resgate arqueológico realizado nos Casarões da Sete, o qual participou.

Não poderia deixar de agradecer ao prof. Msc. Neemias Santos da Rosa e ao prof. Dr. Carlos Augusto da Silva (Tijolo), pelos incentivos e pelas palavras positivas, foram extremamente importantes na minha trajetória, nos momentos de desespero e de inspiração.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no fornecimento dos relatórios.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo financiamento da pesquisa durante a Iniciação Científica.

Obrigada!

RESUMO

O estudo desenvolvido se propôs a estudar a cultura material de pretos-velhos que estão sob a salvaguarda do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, tendo como objetivo apresentar reflexão sobre o potencial das estatuetas de pretos-velhos em associação com os sentidos de memória e identidade. Estas peças foram identificadas através de um trabalho arqueológico realizado nos Casarões da Sete, ou no atualmente conhecido Salão Rio Solimões, localizado ao lado do Palácio Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro no bairro Centro da cidade de Manaus. Estando inserida no campo da Arqueologia Histórica, variadas fontes foram consideradas para o desenvolvimento deste estudo, tanto a própria cultura material, como relatórios do trabalho realizado nos Casarões da Sete, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos que versaram sobre a temática destes personagens. Não temos como pretensão tomar estas peças à título de curiosidade, mas contribuir para o entendimento dos diversos patrimônios culturais manauara e incentivar outras pesquisas sobre esta temática a partir de variados panoramas possíveis.

Palavras-Chave: Pretos-Velhos; Arqueologia Histórica; Patrimônio Cultural; Identidade; Memória.

ABSTRACT

The purpose of this developed study was to study the material culture of pretos-velhos who are under the protection of the Museum and Laboratory of Archeology Alfredo Mendonça de Souza, in order to present a reflection on the potential of the statuettes of pretos-velhos in association with the meanings of memory and identity. These pieces were identified through an archaeological work carried out at Casarões da Sete, or at the currently known Salão Rio Solimões, located next to the Rio Negro Palace, on Sete de Setembro Avenue downtown neighborhood of Manaus. Being inserted in the field of Historical Archaeology, several sources were considered for the development of this study, as much the own material culture, as reports of the work realized at Casarões da Sete, doctoral theses, master dissertations and articles that deal with the subject matter of these characters . We do not intend to take these pieces as a curiosity, but to contribute to the understanding of the diverse Manauara cultural heritage and encourage other researches on this theme from many possible perspectives.

Keywords: Pretos-Velhos; Historical Archaeology; Cultural heritage; Identity; Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA PESQUISA	12
1.1 Os caminhos percorridos	12
1.2. Arqueologia Histórica nos Estados Unidos e no Brasil	13
1.3 Arqueologia Histórica em Manaus	19
CAPÍTULO 2 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	22
2.1. Reflexões sobre a cultura material	25
2.2 Do por que de se olhar o uso social dos objetos?	29
CAPÍTULO 3 – O CASO DAS ESTATUETAS DE PRETOS-VELHOS	33
3.1 Os Casarões da Sete	34
3.2 Além do que se vê nos pretos-velhos	38
3.3 Cultura material afro-brasileira em museus	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
FONTES DOCUMENTAIS	53
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta monografia é continuidade do projeto de pesquisa realizado no ano de 2015 e 2016 através do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM), o qual está inserido em uma pesquisa mais ampla denominada de *Arqueologia, Patrimônio e Cultura: Os Lugares de Nossas Memórias*, também desenvolvido em conjunto com a professora Doutora Tatiana de Lima Pedrosa Santos.

Nos propomos a estudar a cultura material de pretos-velhos que estão expostas no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, este local é um dos componentes do Palacete Provincial, uma edificação tombada como Patrimônio Histórico do Estado do Amazonas. Estas peças foram identificadas através de um resgate arqueológico realizado nos Casarões da Sete, ou no atualmente conhecido Salão Rio Solimões, localizado ao lado do Palácio Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro no bairro Centro da cidade de Manaus.

Os Casarões da Sete se constituíam originalmente em um complexo de 4 casas geminadas, transformados posteriormente em um amplo salão de eventos. No decorrer das obras de adaptação dos imóveis, a equipe de arqueologia da SEC – Secretaria de Cultura do Amazonas – identificou o preto-velho em pé, atrás da porta de entrada, a preta-velha no sopé da escada que dava acesso ao primeiro andar, a imagem de uma Santa Nossa Senhora da Conceição, um filtro inglês da Fábrica Cheavin's de letra D e grande variedade de fragmentos de vidros e de grés mas estes não foram coletados.

Estas peças foram identificadas dentro de um prédio histórico no bairro Centro da cidade de Manaus e não há em primeira instancia indicações sobre sua utilização para rituais, sabe-se que elas são comuns em religiões de matrizes africanas. Desta maneira, podemos levantar algumas questões sobre quais são as associações que podem ser feitas através dos dados obtidos do contexto e também do material em si?

Ao trabalhar com estas estatuetas, estamos inseridos dentro do campo da Arqueologia Histórica ao buscar lançar luz sobre a memória ou as memórias que

durante muito tempo foram renegadas no estado, mas que podem ser desveladas também através do estudo da cultura material.

As estatuetas por não terem datações nos possibilitam enorme variedade de interpretações e contextos, desta maneira este Trabalho de Conclusão de Curso pretende apresentar reflexão sobre o potencial das estatuetas de pretos-velhos no que tange a sua associação com os sentidos de memória e identidade na arqueologia, considerando diversos aspectos para a sua compreensão.

Procura-se também compreender as relações dos grupos com esses artefatos analisando pelo viés arqueológico o seu uso social. Assim como se torna relevante também destacar a forma de tratamento e divulgação desse material na exposição do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, de modo que fosse possível a identificação de falhas e posteriormente a elaboração de meios para a preservação e valorização da cultura material de pretos-velhos e da identidade negra manauara.

A cultura material desta pesquisa é Patrimônio cultural brasileiro como coloca o Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o qual define que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Entretanto, somente a guarda de material arqueológico em reservas técnicas e museus não significa a sua preservação, pelo contrário, como consequência acarreta um distanciamento com a comunidade em geral que é alvo de suas expectativas de divulgação.

Então como se identificar com algo se o sentimento de pertença não tem condições de aflorar nas pessoas que os observam? José Reginaldo Gonçalves (2007) já nos mostra que os objetos precisam encontrar “ressonância” junto ao seu público, do contrário haverá rejeição. Outro ponto importante é a sua materialidade, mesmo que o patrimônio esteja na categoria do “imaterial” ou “intangível”, este autor defende que o patrimônio é uma categoria ambígua, pois transita entre as duas dimensões, de modo que a materialidade é a substância da vida social e cultural. Por último vai defender que a subjetividade, está ligada diretamente à noção de patrimônio articulada através da autoconsciência individual e coletiva.

As estatuetas se inserem nesta categoria justamente ao evocar através de sua materialidade a ancestralidade africana, através de relações entre o presente e

o passado na busca por uma memória coletiva, ressaltando os interesses variados de suas apreensões.

As características destes personagens visualmente nos deslocam para o universo da escravidão, fazendo referência aos anciãos negros, escravos e ex-escravos, nascidos em solo africano ou brasileiro, as estatuetas de pretos-velhos são muito comuns em religiões de matrizes africanas no Brasil, resultantes de um processo de sincretismo entre o catolicismo, espiritismo e cultos africanos, como na Umbanda, o qual os personagens dos pretos-velhos são constantemente associados, entretanto estes personagens também estão presentes em outros cultos como no candomblé, candomblé Ketú, no candomblé de caboclo, na quimbanda, no espiritismo kardecista entre outros, utilizados como mediadores nos processos de possessões (SANTOS, 1998; DIAS & BAIRRÃO, 2011), apesar desta explanação não temos como foco o estudo da religiosidade, mas sim do contexto material e o uso social dos objetos.

Com uma abordagem interdisciplinar, compreender a cultura material como expressão de identidade, além do seu caráter religioso evidente, se fez presente como uma das propostas da pesquisa. Esses vestígios recuperados remetem de certa maneira a lugares de memória (NORA, 1993), essas memórias que constroem parte de nossas identidades e patrimônios culturais, por isso, a crítica aos objetos e a análise aprofundada da materialidade podem nos aproximar de determinadas realidades através de diferentes olhares.

A inventariação e catalogação realizada tiveram como objetivo a organização do acervo, o acesso mais rápido aos dados dos artefatos, bem como a preservação destes objetos, além da pesquisa realizada que também é uma forma de sua preservação, pois a simples guarda e cristalização deste material no museu, não cria possibilidades para que a comunidade ao visitar este local reconheça a necessidade de sua valorização, a sua história, significados e importância. Esperamos que esta pesquisa incentive outras com novas perspectivas e olhares para a cultura material, testemunho de nosso passado.

A estruturação deste trabalho segue uma divisão em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a nossa base de apoio, descrevendo os passos iniciais da pesquisa e os resultados obtidos ainda através do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC). Apresenta também a interface da Arqueologia Histórica, suas

abordagens de pesquisa e fontes, discorrendo sobre os estudos da cultura material neste campo já realizados, principalmente no Brasil.

No segundo capítulo apontamos para uma reflexão de alguns aspectos dos estudos sobre a cultura material, estabelecendo um diálogo com os procedimentos metodológicos adotados neste Trabalho de Conclusão de Curso.

No terceiro capítulo é apresentado o estudo de caso, com a caracterização do contexto, dos dados, das análises e discussões. Apontando os aspectos das observações da necessidade de sacralização de uma memória em um objeto físico, inserido dentro de um processo de reivindicação de uma memória coletiva associada com o sentido de identidade na arqueologia, tendo como destaque os usos sociais destes objetos.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor um panorama da perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa, que possui caráter exploratório com delineamento de estudo de caso das estatuetas de pretos-velhos identificadas nos Casarões da Sete, que atualmente estão sob a salvaguarda do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza.

Importante frisar que esta pesquisa se insere dentro do campo da Arqueologia Histórica, desta maneira, se torna necessário a realização de apontamentos sobre os seus estudos realizados e suas abordagens, estabelecendo uma ligação com os estudos da cultura material.

1.1 Os caminhos percorridos

Tendo sido inicialmente pesquisados entre os anos de 2015 e 2016, como projeto de iniciação científica intitulado *Preta Velha e Preto Velho - Interpretando a Cultura Material de Afrodescendentes a partir do Tratamento Arqueológico*, a preocupação inicial era referente aos artefatos como objetos culturais a serem preservados e valorizados, de modo que não havia nenhum tipo de identificação deste material, sendo realizado desta maneira um diálogo com a museologia.

Dentre as razões que nos fizeram levantar outros questionamentos é referente aos seus significados para os grupos que os cultuam, nossa pretensão, no entanto, não é tomar estas peças a título de curiosidade, mas contribuir para o entendimento dos diversos patrimônios culturais Manauara, entendidos aqui tanto como elementos herdados, quanto “construídos” ou inventados” (GONÇALVES, 2007).

Outra razão é a de incentivar outras pesquisas a partir de variados panoramas possíveis. Muitas lacunas ainda estavam em aberto e vários questionamentos nos instigavam, como os usos sociais destes objetos. Foi realizado entre esses anos o inventário e catalogação destas peças, levantamento e seleção

de bibliografia e análise laboratorial.

O universo desta pesquisa está inserido dentro da Arqueologia Histórica, contemplando o estudo da cultura material do passado mais recente compreendendo diversidade de fontes disponíveis em meio aos processos de transformação desde a chegada dos colonizadores, até um limite temporal não estabelecido (LIMA, 1988).

Dentre as suas fontes estão os objetos materiais, a documentação escrita, monumentos, edificações, mapas, imagens, entre outros. Nos valem destas fontes e das perspectivas teórico-metodológicas deste campo, com abordagem qualitativa, na análise crítica visando a interpretação e reflexão, considerando o contexto entre outras características pertinentes à cultura material de pretos-velhos.

Quanto às técnicas adotadas, fazemos uso de pesquisa documental primária e secundária, no primeiro caso, a cultura material é tida como fonte primária, a qual pode-se investigar a significação valorativa simbólica e de usos adquirida ao longo das décadas (LAKATOS & MARCONI, 2003), no segundo caso levantamento e seleção de bibliografia como teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos; leitura analítica; fichamentos; análise dos dados; sintetização; redação da monografia; e defesa.

A seguir é apresentado um panorama da Arqueologia Histórica, de modo que insira o leitor, na compreensão de seus determinados aspectos, como a construção das pesquisas dentro deste campo e a realização desta.

1.2 Arqueologia Histórica nos Estados Unidos e no Brasil

A Arqueologia Histórica é uma subdisciplina recente da Arqueologia, defini-la precisamente é uma tarefa difícil, devido principalmente a este campo ainda estar em amadurecimento e construção. A ideia mais aceita é o estudo da cultura material do passado mais recente, compreendendo diversidade de fontes disponíveis em meio aos processos de transformação desde a chegada dos colonizadores na América, até um limite temporal não estabelecido (LIMA, 1988; FUNARI, 2005).

O desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em áreas urbanas e em suas proximidades favoreceu o surgimento da Arqueologia Histórica (ROBRAHN-

GONZÁLEZ, 2000), estando ligada primeiramente ao estudo das elites e seus monumentos mais representativos, seu campo foi sendo ampliado ao estudar os vestígios dos grupos humanos do período pós-contato, acrescentando como fontes de estudo, se existissem, as documentações escritas deste período.

As pesquisas de cunho da Arqueologia Histórica também podem realizar estudos de sociedades que não possuíam escrita, mas que estavam inseridas dentro desse processo de contato com o colonizador, nas relações de dominação, das interações entre os grupos, e o cotidiano dentro desta esfera no Mundo Moderno no decorrer dos séculos.

Uma pesquisa de arqueologia histórica dos sítios arqueológicos do tipo dos Trinta Povos das Missões da região Platina realizada por Kern (1989) abordou esta questão. Seus estudos mostraram que entre os séculos XVII e XVIII na região platina, existiam populações sem escrita, bandos de caçadores-coletores-pescadores – Guaicurus, Charruas e Minuanos – que entraram em contato com as populações indígenas já inseridas no processo de colonização como os Guaranis e também com os lusos e espanhóis.

A documentação jesuítica e administrativa não fornecem diversas questões como as atividades do cotidiano, relação com o meio ambiente, como se dava a construção de habitações, a produção de material lítico entre outros, a arqueologia histórica possibilita responder além destas questões, o processo de transculturação em decorrência dos contatos e o modo de vida guarani missioneiro (KERN, 1989). Podemos observar uma ampla possibilidade de estudos a partir de outros olhares.

Ao tratar de pesquisas desta subdisciplina, estabelecemos como recorte espacial os Estados Unidos e o Brasil, pois no primeiro ele se institucionaliza e dispõe dos modelos teóricos para o restante do continente, e o segundo por estarmos situados nele e por agregar esta pesquisa.

O encontro de especialistas na década de 1960 em Dallas nos Estados Unidos e a instauração da *Society for Historical Archaeology*, foram decisivas para a sua consolidação (LIMA, 1988; FUNARI, 2005). No Brasil, desde a década de 1930 já havia pesquisas de cunho histórico e/ou de contato das sociedades indígenas do nordeste, de fortes no sertão baiano, das missões jesuíticas no Sul do país, entretanto, estes trabalhos não foram publicados, existiam apenas em relatórios ou foram arquivados (LIMA, 1993; COSTA, 2010). Ainda no Brasil este campo ganhou força apenas a partir da década de 1980.

No período inicial da formação da arqueologia histórica entre as décadas de 1960 e 1980, a maior influência foi exercida pela abordagem do histórico-culturalismo, que buscava explicar a evolução e a história das culturas, voltava-se especificamente para trabalhos descritivos e comparativos, sendo aplicada tanto em sítios pré-históricos como históricos, as seriações e as tipologias que baseavam os trabalhos para identificar a dispersão temporal e espacial do material (SYMANSKI, 2009).

Segundo Lima (2011) essa perspectiva toma a cultura material de maneira homogênea, de modo que as variações são marcadores de diferenciação, tendo como fatores primordiais a difusão e a migração. Em termos mais gerais, a cultura material é vista como reflexo passivo, o resultado dessa perspectiva foi o fornecimento muitas informações e pouco conhecimento.

Uma das críticas a este modelo foi que:

A forte penetração e perduração da versão mais empobrecida do histórico-culturalismo na arqueologia brasileira foi determinante para a nossa arqueologia histórica, responsável não só pelo seu caráter fortemente pontual, empiricista, descritivo, classificatório e biográfico (ver Lyman et al., 1997), mas também pela preferência inequívoca por monumentos remanescentes do poder religioso, militar e civil, em detrimento de análises mais abrangentes do nosso passado histórico (ver Andrade Lima, 1993). (LIMA, 2002, p.8).

As características abordadas por esta autora são nada mais que um retrato das pesquisas realizadas neste período tendo o histórico-culturalismo como modelo teórico, o qual priorizava, grandes monumentos ligados ao elitismo. Para além da crítica, esta autora reconhece a importância deste modelo para a construção do pensamento arqueológico na América.¹

Ainda neste período, entre 1960 a 1980, temos a influência também da Escola Processual ou Nova Arqueologia, surgindo como uma crítica ao modelo anterior. A Arqueologia é tida com um caráter mais Antropológico, explicativa e não mais descritiva, agora voltada para a busca de padrões culturais, a regularidade no comportamento humano, tendo como premissa o uso de generalizações e leis gerais para o desenvolvimento de análises dos processos culturais ou mudanças nos sistemas de determinado grupo, estes sistemas seriam divididos em tecnológico, social e ideológico, (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; SYMANSKI, 2009). Tendo como

¹ Ao nos referirmos em América, não estamos fazendo alusão aos Estados Unidos, mas ao continente como um todo.

perspectivas também a formulação de hipóteses, testes e elaboração de modelos a partir destes resultados, as pesquisas, deste modo, deveriam resolver a questionamentos fazendo uso de métodos rigorosos de levantamento, tratamento e análises estatísticas, e não mais em obtenção de dados aleatórios em campo.

Consideravam a cultura como um sistema de partes interagindo com o meio ambiente, assim, a cultura material na abordagem processual é “um produto passivo da adaptação humana ao ambiente externo” (LIMA, 2011 p. 15) e a regularidade e variabilidade na cultura material eram direcionadas para a formulação de leis gerais e corroborações de hipóteses, os métodos propostos pelo processualismo neste tipo de estudo não trouxeram resultados satisfatórios, pois excluía diversidade de aspectos nas suas análises, como os simbólicos. Apesar das críticas estabelecidas por esta abordagem, da intensificação de pesquisas nas missões do Sul e de novas perspectivas a maioria desses trabalhos continuaram descritivos.

Deve-se ressaltar que neste período no Brasil estamos vivendo a ditadura militar, no qual as pesquisas eram caracterizadas de acordo com o interesse do Estado, dos restauradores e conservadores preocupados com os monumentos de “pedra e cal” mais especificamente edificações como igrejas e fortes, assim como a manutenção do discurso oficial e nacionalista, além das várias críticas ao ignorar os significados simbólicos e as crenças, dividir a cultura em subsistemas, focar somente na economia, subsistência e tecnologia, transformando a cultura material como produto estático, reflexo passivo das relações sociais, econômicas e políticas, controlando o ser humano através do sistema (LIMA, 2011).

Apenas com o fim da Ditadura Militar que houve uma abertura para os estudos arqueológicos sobre a diversidade cultural com liberdade de pesquisa.

Na década de 1980, o surgimento do modelo pós-processualismo ou contextual, abriu um leque de possibilidades, com sua pluralidade de métodos de interpretação de análise em uma mesma pesquisa, reconhecimento de variados tipos de objetos culturais, preocupação com o contexto e a afirmação do relativismo da pesquisa. No que concerne à Arqueologia:

Trata-se de um quadro muito mais favorável para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica. Não se questiona mais se estudar o período histórico é Arqueologia ou não. Valoriza-se, na análise, o uso de múltiplas fontes - cultura material, documento escrito e discurso - cada uma com suas especificidades para construir interpretações. Enfoca-se o conflito entre segmentos sociais que compartilham e fazem leitura divergente de uma mesma prática social. Entram em foco a Arqueologia de gênero, de classes

de idade, classes sociais, diferentes etnias e credos religiosos. (GASPAR, p.277).

A Arqueologia Histórica no Brasil passou a ter mais reconhecimento devido à ampliação das possibilidades de pesquisa, proporcionada pelo surgimento da abordagem pós-processual, com o estudo das minorias, de gênero, de identidades, da paisagem, relações de poder entre outros, tendo como premissa a perspectiva crítica, também introduziu a dimensão política da disciplina (FUNARI, 2005), a arqueologia histórica se beneficiou significativamente das suas análises.

A cultura material neste momento é vista como uma dimensão problemática, neste cenário, se torna a protagonista estando sob influência de várias perspectivas teóricas, como o estruturalismo e a semiótica, os estudos passam a ser fundados a partir do relativismo cultural e não mais em leis gerais, como a variabilidade ou regularidade do registro arqueológico, mas em particularismos culturais, legitimações ou transformações de valores, ideias, distinções sociais, entre outros (LIMA, 2011).

Desde o surgimento desta subdisciplina, de maneira institucionalizada, é perceptível de maneira explícita o seu caráter interdisciplinar, no entanto o que diferencia esses campos é a metodologia empregada, ou seja, a forma de investigação.

A interdisciplinaridade consiste na interação, reciprocidade e complementaridade entre várias disciplinas, para alcançar um conhecimento mais abrangente e diversificado (SANTOS, 2008). A interdisciplinaridade entre a arqueologia com as outras ciências estabelece amplas possibilidades técnicas e de interpretações teóricas, tomando a História como exemplo de interação e compartilhamentos:

A interdisciplinaridade, compreendida aqui como o esforço comum de duas ou mais disciplinas, relativo a problemas comuns e com intercomunicação contínua, organizando diferentes conceitos e metodologias, é uma das possibilidades que temos para atingir a maturidade das ciências que estudam o passado das sociedades humanas. A interdisciplinaridade entre a Arqueologia Histórica e a História representa a possibilidade de uma síntese criadora entre disciplinas que têm objetivos comuns, mesmo que as metodologias possam ser específicas. (KERN, 1989 p. 106).

É importante destacar e ressaltar que o campo da arqueologia não pode ser confundido como das outras ciências do qual temos o seu aporte, por exemplo, ser considerada auxiliar da História ilustrando o que está nos registros documentados. A arqueologia histórica contempla amplo campo de pesquisa, desde sítios construídos

com o início da colonização portuguesa à República, assim como o reconhecimento de diversas matérias primas, como os metais, as louças, os vidros, o lixo entre outros, de maneira que:

Os artefatos são informações por si, e cada vestígio da cultura material tem um valor incalculável como uma cápsula espaço-temporal sobre as sociedades humanas. Em resumo, os objetos são construções materiais que não só representam e apresentam ideias, mas que também criam ideias sobre nós e para nós mesmos. (COSTA, 2010 p. 30).

Somente em meados da década de 1980 e 1990, com a nova fase da Arqueologia contemplando novas possibilidades de temas como o gênero, a paisagem e a etnicidade, a Arqueologia Histórica ganhou mais força, sendo cada vez mais difundida e trabalhada no Brasil (SYMANSKI, 2009). Considerando que a sua comunicação é ampliada com as outras ciências, como a Antropologia, Biologia, História, Geomorfologia entre outras, voltando-se para a explicação de diversos aspectos da vida humana, como o político, o econômico, o social, o cultural, o religioso, a relação com a natureza, a alimentação e tantas outras possibilidades de investigação.

No final da década de 1980 e na

década de 1990 os trabalhos relacionados às escavações dos sítios das missões jesuíticas foram diminuindo enquanto ganhavam força trabalhos em outros tipos de sítios, como os relacionados aos quilombos e a escravidão africana no Brasil (GUIMARÃES e LANNA, 1988), apesar dessa temática ter ganhado bastante espaço entre as pesquisas arqueológicas em diversas regiões do país, bem como no campo da antropologia e historiografia brasileira, no Amazonas ainda carecem de estudos nessa área, deixando várias lacunas no que se refere a presença negra na região, ou às missões de cunho religioso que passaram por aqui, outra característica peculiar é a tentativa ao longo do tempo de silenciar essa memória que grita por se fazer presente (SAMPAIO, 2007).

Dentre as fontes principais da Arqueologia Histórica estão: os artefatos e estruturas; a arquitetura; os documentos escritos; as informações orais; e as imagens pictóricas. (ORSER, 1992). No caso desta pesquisa as fontes utilizadas foram os artefatos e os documentos escritos. O primeiro categorizado como item modificado ou produzido pelo homem, abrangendo enorme diversidade de artefatos como as garrafas de vidros, as cerâmicas, objetos de metal, entre outros. O segundo pode ser dividido em documentos primários – documentação original ou

produzida a partir do olhar direto – e secundários – produzidos segundo as análises realizadas das fontes primárias, a cultura material é tida também como fonte primária, como já foi colocado.

1.3 Arqueologia Histórica em Manaus

A Arqueologia Histórica em Manaus é um campo ainda muito incipiente, estando um pouco mais atrás em número de pesquisas comparado com outros estados no restante do país. Apenas recentemente com a instauração do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – NIPAAM, que estudos voltados para essa vertente passaram a ter evidência no estado do Amazonas, apesar de já haverem algumas pesquisas deste cunho na capital.

Tendo uma concentração inicial nas pesquisas realizadas na Catedral Metropolitana de Manaus, no início deste século, posteriormente ocorreram outras pesquisas realizadas em vários imóveis do Centro Histórico de Manaus, os quais são sítios arqueológicos históricos havendo somente relatórios sobre os materiais culturais de interesse Histórico, resgatados nestes locais e expostos em alguns museus da cidade.

A pesquisa arqueológica na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – Catedral Metropolitana de Manaus – ocorreu de 15 de abril a 06 de outubro de 2002, gerando alguns relatórios e também a tese de doutorado, de autoria de Marcus Vinicius de Miranda Corrêa, intitulada *Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Uma Arqueologia da Arquitetura*, defendida na Universidade de São Paulo – USP.

Situada no Centro da Cidade de Manaus, sob uma elevação, fruto dos aterros realizados entre os igarapés da Ribeira e Espírito Santo, tendo como objetivos, facilitar o acesso pelo lado leste da igreja e fornecer a maior possibilidade de visão para aqueles que chegassem de barco pelo Rio Negro, serviu como ponto de referência por muito tempo na cidade.

A reforma e restauração da Igreja da Matriz já haviam sido iniciadas quando a etapa de arqueologia foi solicitada. Foram realizadas prospecções nas paredes e pisos da sacristia oeste da igreja, na nave central, na varanda oeste e nos jardins da

Catedral. Grande quantidade de material arqueológico foi resgatado e foi demonstrado também através dos resultados, as várias transformações que a edificação sofreu principalmente entre os séculos XIX e início do século XX (CORRÊA, 2006).

Entre os anos de 2002 e 2003, ocorreu o projeto *Arqueourbs: Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus*, coordenado por Paulo Eduardo Zanettini, gerando alguns relatórios técnicos, tinham como objetivo localizar os vestígios da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, de algumas construções históricas e também ocupações pré-coloniais (LIMA & MORAES, 2010).

Outra pesquisa que gerou publicação foi *Lugares de nossas memórias: A Baratinha*, de autoria de Tatiana de Lima Pedrosa Santos, apresentada na ANPUH no ano de 2015. A cultura material estudada é proveniente também do projeto arqueológico desenvolvido na Catedral, contando exclusivamente com fragmentos de xícara de café do Restaurante A Baratinha que funcionou na cidade de Manaus no final do século XIX e início do século XX.

O curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), entre os anos de 2015 e 2017, teve alguns projetos de iniciação científica voltados para a Arqueologia Histórica aprovados e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) através do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), este através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). As pesquisas desenvolvidas geraram algumas palestras, apresentações de trabalho e pôsteres divulgados em eventos científicos e também em escolas na cidade de Manaus.

Os projetos desenvolvidos em questão englobam variadas temáticas além das estatuetas de pretos-velhos objeto de pesquisa desta monografia, como os vidros de remédios e as louças do período da *Belle Époque* e de meados do século XX identificados nos trabalhos de arqueologia realizados na Catedral Metropolitana de Manaus, as lápides funerárias do Cemitério São João (1980-1920), as ruínas da vila de Paricatuba e alguns prédios históricos abandonados do Centro Histórico de Manaus.

Recentemente foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada Universal, uma pesquisa em Arqueologia Histórica dos vidros de remédios farmacológicos, fabricados durante o

período áureo da borracha, encontrando-se sob a salvaguarda do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, tendo como alguns objetivos a análise do consumo dos medicamentos neste período, as relações sociais e também a elaboração de um catálogo desses vidros de remédios.

Além destas publicações e pesquisas no meio acadêmico, há também um meio de circulação alternativo, a *Série Memória*, editado pelo Governo do Estado do Amazonas e divulgado através da Secretaria de Estado de Cultura, que tem como objetivo levar ao conhecimento da população, principalmente a Manauara, temas da história, arqueologia, antropologia entre outros ligados ao Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

De modo geral, grande parte das pesquisas relacionadas à Arqueologia no Estado do Amazonas encontram-se apenas em relatórios provenientes de Arqueologia de Contrato, sem publicações no meio científico, acadêmico ou outro tipo de meio.

CAPÍTULO 2 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O patrimônio cultural não é uma invenção moderna, ele está presente em algumas sociedades desde a antiguidade, em algumas com sentidos de herança e propriedade, outros fazendo mediação entre o mundo natural e o cósmico, mas de maneira geral, assumindo contornos variados no tempo e no espaço, de modo que a perspectiva moderna de patrimônio está ligada a formação dos Estados Nacionais (GONÇALVES, 2007; NOGUEIRA & NASCIMENTO 2012).

Durante a Revolução Francesa, com a destruição de monumentos, edificações, obras de arte e pilhagens, surge a ideia de patrimônio nacional, no qual a propriedade privada do clero e nobreza passam para a coletividade em geral – a nação – , sua preservação é resultado também desse contexto (CHOAY, 2000).

A partir disto alguns países na Europa começam a desenvolver mecanismos de proteção dos seus bens patrimoniais, porém a concepção do patrimônio como algo material, no campo do físico, é uma construção do ocidente, já a valorização da imaterialidade e práticas culturais é uma concepção oriental e de países emergentes, tendo um protagonismo apenas nas últimas décadas. Deve-se destacar que nos países asiáticos, são outros critérios de classificação, como no Japão, que desde os anos de 1950 possui uma legislação sobre a preservação de seu patrimônio cultural, o qual é voltada para o incentivo, apoio e sua transmissão (FEITOSA, 2006).

No Brasil, desde meados do século XVIII, tivemos algumas poucas colocações sobre a questão patrimonial por parte do Governo, como o Conde de Galveias, que já manifestava uma preocupação sobre questões preservacionistas, este nobre português, enviou uma carta ao governador de Pernambuco no ano de 1742, se manifestando contrário e lamentando a transformação do Palácio das Duas Torres que foi construído pelo Conde de Nassau, em quartel das tropas locais, afirmava que este era uma obra holandesa conquistada em guerra, motivo de orgulho, segundo ele, uma memória para a posteridade (LEMOS, 2000).

Na década de 1920, alguns intelectuais se mostraram preocupados com a preservação do patrimônio histórico nacional, se mobilizando para a criação de

algumas inspetorias estaduais, de modo que em 1934 foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais – IPM – e substituída posteriormente com o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, este decreto vai também organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (NOGUEIRA & NASCIMENTO, 2012).

Para a criação do SPHAN, o Ministro da Educação e Saúde, Mário Capanema, solicitou de Mário de Andrade um anteprojeto de proteção do patrimônio brasileiro, que colocava em pauta tanto o erudito quanto o popular, do material ao imaterial, ao abranger também os vocabulários, o canto, a culinária dos indígenas, o folclore entre outros. Apesar de um projeto muito bem elaborado, sem restrições e elogiado por abranger grande diversidade, com a instauração do SPHAN, o projeto não foi utilizado na íntegra, decidiram priorizar as referências do saudosismo emanado do patrimônio de “pedra e cal” (LEMOS, 2000; NOGUEIRA & NASCIMENTO, 2012).

Podemos perceber que no discurso da época sobre as políticas de proteção do patrimônio, as obras ligadas à elite e aquelas com raízes europeias foram eleitas como representativos da nação e aqueles que não se enquadravam de acordo com a dimensão “histórica” e “artística” para a memória nacional eram excluídos.

Na década de 1970, através do artigo 14 do Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970, o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro assume o nome de Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e em 1979, Aloísio Magalhães assume a presidência do Iphan², este retoma de certa forma o projeto elaborado por Mário de Andrade, utilizando a noção de “bens culturais”, baseado em um discurso de diversidade cultural e continuidade, no desenvolvimento da cultura brasileira (FONSECA, 2005). Deve-se ressaltar que o patrimônio cultural brasileiro foi tratado como distinções entre polos eruditos e populares, não há menção à concepção de sincretismo.

Aloísio de Magalhães falece no ano de 1982 e suas propostas não se concretizaram de fato, assim como o anteprojeto de Mario de Andrade na década de

² O termo foi modificado diversas vezes durante os anos. Em 1979 através do Decreto nº 84.198, o IPHAN foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, posteriormente através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, foi transformada no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), pela Lei de nº 8.029 de 7 de maio de 1990 a modifica para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Finalmente através da Medida Provisória de nº 752, de 6 de dezembro de 1994, convalidada pela Lei de nº 9.649, de 28 de maio de 1998, passa a ser novamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

1930, houve divergências dentro da própria instituição que continuava priorizando os monumentos.

Elencando algumas das características primordiais, este breve panorama nos mostra as tentativas de abarcar a diversificação na formação cultural brasileira, em detrimento de uma ideia homogeneizadora que priorizava apenas uma parcela ligada à elite e as raízes europeias. A construção da identidade nacional esteve ligada durante todo esse processo de discussão e reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro.

O Brasil era concebido até então pelas noções de raças, a política nacional de embranquecimento instituída ainda no século XIX, influenciou de maneira significativa na seleção dos bens patrimoniais brasileiros a serem preservados.

A elite intelectual brasileira em meados do século XX ao pensar sobre a identidade do Brasil, abordou os indígenas, os negros, os ciganos e os asiáticos, também com essa característica de forjar uma imagem harmoniosa. Tomando como exemplo a obra *Macunaíma* de Mario de Andrade – criador do anteprojeto de preservação do patrimônio cultural brasileiro e SPHAN – no qual ainda é forte a ideia do embranquecimento, em resumo, filho de uma indígena, o herói do romance nasce negro e posteriormente se torna branco, loiro e de olhos azuis (NOGUEIRA & NASCIMENTO, 2012).

A “democracia racial” de Gilberto Freyre acabou se constituindo um mito, reconhecendo por um lado a cultura negra na formação da cultura nacional, por outro lado, afirmava a existência de uma cordialidade entre negros e brancos, destacando que as diferenças eram relativas às classes e não ao preconceito e discriminação, ou seja, houve uma maquiagem para a exclusão da população afro-brasileira.

A abertura política e a luta dos movimentos sociais, como o movimento negro, influenciaram no processo de reconhecimento e democratização da gestão do patrimônio, como o tombamento do Terreiro da Casa Branca em 1984, resultado de uma mobilização pela herança africana e reivindicação de uma identidade e memória específicas, apresentando uma tradição de mais de 150 anos (VELHO, 2006; LIMA, 2012).

Velho (2006) foi membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e foi o relator do tombamento do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, este antropólogo destaca que havia divergência no Conselho e parte dos membros

consideravam este tombamento “desproposital e equivocado”, devido a falta de monumentalidade e razões artístico-arquitetônicas. O movimento social contava com a participação de artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que se empenharam a fundo na campanha pelo reconhecimento desse patrimônio.

Com a Constituição Federal de 1988, houve expansão na ideia de patrimônio, abrangendo de maneira inclusiva na política de preservação e valorização as culturas indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos, de modo que o discurso do patrimônio passa a incluir a categoria do imaterial, destaca também no artigo 216-A a gestão e promoção conjunta de políticas públicas da cultura, entre os entes da Federação e a sociedade, ou seja, a tutela não é mais exclusivamente do Estado e sim uma gestão compartilhada com a comunidade, de caráter dinâmico. O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, vai instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, desta forma, contribuindo ainda mais para a construção e o reconhecimento da identidade nacional, que hoje conta com grande variedade de bens culturais, resultado de uma pluralidade cultural, no qual o seu valor abre questões sobre as demandas sociais no sentido do sentimento de pertença frente a esses objetos tangíveis e intangíveis, a salvaguarda e proteção.

2.1 Reflexões sobre a cultura material

Por cultura adotamos a perspectiva de Velho (2006) ao considerá-la um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade.

A cultura material tem sido estudada pelos mais diversos campos das ciências humanas, na Arqueologia tem um papel no estudo e compreensão sobre o comportamento humano do passado nos seus mais diversos aspectos. Ao tratar das questões legais do patrimônio cultural no Brasil anteriormente, estabelecemos agora uma explanação da cultura material destacando a contribuição de diversas perspectivas para seu estudo na Arqueologia.

De acordo com Barcelos (2009), a ideia da Arqueologia como a ciência que estuda as sociedades do passado, o papel dos arqueólogos, o que fazem e como fazem, limitam as possibilidades de análise da cultura material, pois tudo depende de como essas ideias são concebidas. Os estudos arqueológicos ligados a temas como identidade, memória e patrimônio, ampliaram as possibilidades dessas análises, sendo necessário levar em consideração o apoio de outras áreas que tratam da cultura material como História, Antropologia, Restauração, Museologia entre outros.

Nos estudos arqueológicos da cultura material e a sua vasta contribuição, os arqueólogos podem agregar características destes campos em suas pesquisas de modo que essa relação contribua nas suas estratégias de pesquisa sem invadir os “territórios alheios”. A isto outros pesquisadores também partilham das mesmas perspectivas:

Num mundo povoado de objectos, o arqueólogo é um mediador de sentidos entre certas materialidades e a curiosidade do presente. Essa relação mediadora é talvez a parte mais difícil do seu trabalho. Sem desconhecer que o sítio arqueológico, e eventualmente um circuito de sítios, é hoje também um produto de consumo, o arqueólogo tem de saber posicionar-se neste mundo dos objectos, nesta problemática transdisciplinar, abrindo o seu campo aos outros também em termos de discussão interpretativa. Em vez de se sentir o senhor e dono de uma interpretação. (JORGE, 2003, p.862).

Os arqueólogos estudam os humanos através dos artefatos e para vencer as suas limitações, os artefatos não devem ser considerados apenas como culturas do passado, pois são manipulados e usados no presente, ou seja, separando em categorias distintas entre a cultura material do passado e a cultura material do presente.

Em relação a isto, algumas discussões interessantes surgem sobre o presente, como com Hartog (2013) ao falar do presentismo como um novo regime de historicidade. Este autor vai destacar a maneira como as pessoas vivem o contemporâneo e que este é diferente em lugares variados, destacando que ao abordar o presentismo, convoca-se o passado para responder às questões no presente, desta maneira coloca que a memória e o patrimônio, estão ligados entre si, com ideias de visibilidade a ser protegido, valorizado e em vários casos repensados ou criados.

Podemos estabelecer um diálogo com Pierre Nora (1987) ao falar da construção de memórias no presente ao ir atrás de uma identidade no passado. De

acordo com este autor, os monumentos, prédios e locais por exemplo servirão de referência para o presente.

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. (...). O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 1992 apud SANTIAGO JUNIOR, 2015, p.268)

De acordo com essas colocações, podemos perceber que o tempo passado e presente não estão separados por uma ruptura, há uma certa continuidade criada, mas deve-se ressaltar que as experiências no espaço e tempo são diferentes entre as sociedades.

A cultura material constitui a fonte primária da Arqueologia e na maioria dos casos a sua única para se poder chegar ao passado dos diversos grupos, apesar dos estudos da materialidade transcenderem a prática arqueológica, ela é comumente ligada à este campo científico. No caso da Arqueologia Histórica é possível trabalhar com diferentes abordagens e fontes para o estudo da cultura material, deve-se ressaltar que uma das maiores contribuições com o desenvolvimento da Arqueologia Histórica nas últimas décadas, reside no fato de estudar através da sua cultura material, grupos que foram excluídos durante muito tempo da História.

Segundo Beaudry (2007), a análise documental é vital para qualquer pesquisa arqueológica histórica, codificando conexão entre as pessoas em diferentes níveis, como nos registros de conexões comerciais ou nas listagens de comércio, citadas por Camilla Agostini (2009) ao pesquisar sobre os objetos relacionados à escravos e ex escravos na região sudeste do Brasil.

Se tornando importantes também para se construir o contexto e na explanação do registro arqueológico, alguns arqueólogos históricos, no entanto, tem uma visão um pouco depreciativa em relação aos documentos escritos, considerando-os como documentos diretos de verificação, apenas para obtenção de

informação, com papel menor nas interpretações, essa desconfiança em relação aos documentos, justificam ser devido ao seu caráter tendencioso, há por outro lado, aqueles que defendem seu recurso de maneira crítica (BEAUDRY, 2007).

A utilização do recurso textual deve interagir com os dados arqueológicos, de modo que as análises devem ser realizadas de maneira “inclusiva e abrangente” sendo uma combinação de caráter complementar entre as fontes textuais e materiais, levando sempre em consideração que a leitura feita parte da perspectiva de outra pessoa, desta maneira as interpretações variam e não são diretas. A isto:

Os objectos duram, resistem ao tempo, e não parecem sentir, são entes inanimados; e por isso são receptáculos nos quais nós, seres intencionais, depositamos sentidos. Insensatos, os objectos estão disponíveis para tudo o que queiramos fazer deles ou com eles, para tudo o que queiramos pensar sobre eles. (JORGE, 2003, p.848).

Jorge (2003) ao falar destas variadas interpretações, expõe o “absurdo” como a primeira sensação que um objeto evoca e a dificuldade de lhe darmos uma explicação. Estes objetos que em termos mais amplos são cultura material, ocupam espaços e perpassam longos períodos no tempo, até serem identificados, aparecendo em primeira instância sem qualquer tipo de legenda, estando disponíveis sobre qualquer tipo de ideias que possamos ter sobre eles.

De acordo com James Deetz (1996) a cultura material abrange qualquer tipo de artefato e é caracterizado como um segmento do mundo físico do homem, intencionalmente modificado por este, de acordo com planos ditados culturalmente. Ulpiano Bezerra de Meneses (1983) o define como, um segmento do meio físico, socialmente apropriado pelo ser humano, através de intervenções, modelagens e transformações segundo propósitos específicos, abrangendo principalmente os artefatos, mas também as estruturas, modificações da paisagem, arranjos espaciais, coisas animadas como os animais domésticos e até mesmo o próprio corpo através de manipulações e modificações.

As ideias destes autores estão muito próximas uma da outra, podemos compreender que cultura material não se restringe apenas aos artefatos, mas a uma diversidade de modificações de um meio físico ou algo físico, respondendo a questões culturais e sociais. A cultura material nesta pesquisa é entendida a partir destas perspectivas, de modo que, os grupos humanos deixam marcas de suas culturas nos seus objetos de maneira intencional ou não, essa materialização tem um papel importante ao fazer referências a memórias e identidades dos grupos e

indivíduos, além de serem representações ativas, pois ainda possuem significados nos dias atuais.

Ao estudar sobre a cultura material proveniente do Mundo Moderno, há grandes possibilidades de interpretações a partir da mediação entre a Arqueologia Histórica e outras disciplinas, com pesquisas sobre diversos tipos de materiais desde os industrializados, aos feitos manualmente e artesanalmente.

As comunidades cada vez mais reivindicam suas memórias e identidades, seja através de uma paisagem, um objeto, uma edificação, uma casa entre outros meios de referencia ao seu passado, os arqueólogos ao pensarem na dimensão da cultura material não apenas no passado, mas também no presente, devem estabelecer esse diálogo com outros campos, e agregar suas características na discussão interpretativa (JORGE, 2003; BARCELOS, 2009).

2.2 Do por que de se olhar o uso social dos objetos?

Os diversos contextos pelos quais os objetos passam, conforme Kopytoff (2008) fazem parte da sua própria vida social, pois, os objetos materiais tem uma “biografia cultural”, não apenas a trajetória de sua manufatura, mas a interação social pelo qual passou ao longo de seus usos.

Assim como há inúmeras biografias de pessoas compreendendo particularmente um campo, por exemplo, o campo econômico, político ou artístico, com os objetos isso também ocorre. A partir das esferas pelas quais os objetos passam, como seus usos variados e ressignificações, a biografia cultural trabalhada aqui, reflete esse uso social das estatuetas de pretos-velhos, assim:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007, p.15).

Os objetos ao serem remanejados de seus respectivos contextos para os espaços de museus, laboratórios ou em um campo mais particular, passam e perpassam anteriormente por outras posições, como os seus usos no cotidiano, ou sua condição de mercadoria, ou como objetos de rituais, até atingir nestes locais seu grau de coleção como artefatos arqueológicos, etnográficos ou históricos.

Por coleção Pomian (1984b) definia qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, inseridos fora de seu uso original sob uma proteção especial em determinado local e expostos ao público. De um lado os “objetos úteis” e do outro lado os *semióforos*, “objetos que não tem utilidade”, sem manipulação, porém são dotados de significados. O primeiro ligado a utilidade e o segundo ao significado (POMIAN, 1984b).

Os Semióforos influenciaram no surgimento das coleções, estão ligados a uma representação simbólica, o qual possui a dualidade entre o visível e o invisível, os vivos e os mortos, o sagrado e o profano, os quais tem como objetivo a contemplação (POMIAN, 1984b, p.72).

Os objetos das coleções cumprem uma função que é a de intermediar uma expressão ou comunicação entre “os expectadores que os observam” e um mundo invisível do qual eles não fizeram parte, não sendo necessário determinar um número de objetos que compõe uma coleção, pois não há uma quantidade pré-determinada, se tornando desta maneira muito variável (POMIAN, 1984b). A coleção está muito ligada à própria subjetividade do indivíduo que a pratica, entretanto, ela é construída através de outras pessoas ou grupos.

Como já foi colocado há vários contextos em que podemos encontrar a cultura material como no cotidiano, em rituais, museus, laboratórios, academia, monografias, dissertações, teses, artigos científicos ou em coleções particulares. É importante destacar os objetos tidos como “sem contexto”, ou seja, aqueles provenientes de doações ou sem descrição detalhada. Entretanto este também é um contexto, sendo um patrimônio cultural ainda em dinâmica e direta relação com as pessoas.

O deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o espaço público foi trabalhado por Meneses (1997), este autor destaca que a cultura material são documentos e também estão inseridos no campo da memória. A durabilidade de um artefato capaz de ultrapassar a vida de quem o produziu e consumiu primeiramente o liga diretamente à noção de memória, ao carregar o passado.

Mesmo que adquira outras funções ou se transformem em uma coleção e seja transferida para o espaço público de uma instituição como museus, universidades etc, são portanto, seus contextos.

Os artefatos contém diversos tipos de informações, desde as suas propriedades físico-químicas, até o tipo de relação social pelo qual passaram no decorrer de seus usos. O que vai guiar as interpretações e leituras destes objetos são as marcas, os traços ou inscrições que eles contém, por exemplo, o tipo de matéria prima, a forma de manufatura, os seus usos, o descarte entre outros (MENESES, 1997).

De acordo com Meneses (1997), o documento é um suporte de informação, e muitos objetos são constituídos com este objetivo ou não, porém indiretamente tem essa característica. Qualquer objeto pode ser considerado um documento desta maneira, porém não apenas por conter gama de informações que faz destes objetos um documento, pois eles não tem uma identidade própria, mas sim a maneira como o pesquisador irá extrair e realizar os seus estudos a partir de seus aportes teóricos e metodológicos.

Segundo Beaudry (2007), o contexto vai fornecer a chave para a interpretação, nele é onde os significados estão localizados, desta maneira não podemos pressupor a ausência de contexto, mas sim que o contexto do uso não é o contexto normal ou esperado, desta maneira podemos também considerar como contexto destes objetos uma coleção particular de alguma pessoa de qualquer camada social, ou o item de doação a algum museu que posteriormente é exposto, além dos contextos variados *in loco*.

Segundo este autor os significados são redefinidos justamente nestes contextos incomuns e inesperados, tomamos como exemplo a cultura material estudada nesta monografia, as quais estão localizadas no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, pois mesmo não havendo informações detalhadas disponíveis do seu resgate, como a falta de registros fotográficos, tem-se uma breve descrição de localização e também as relações estabelecidas com a exposição.

Os objetos e seus conjuntos circulam em nossa vida social através de categorias culturais ou sistemas classificatórios (Gonçalves, 2007), ou seja, como já colocado, objetos de uso cotidiano ou ritualísticos, entre outros. Seus usos individuais e coletivos são extremamente importantes tanto para as questões de

identidade quanto para a subjetividade das pessoas em diversas épocas. Isso porque organizam uma percepção de subjetividade que possibilitam o surgimento de um sentimento de pertença nas pessoas para com esses patrimônios culturais.

Quando os objetos são reconhecidos coletivamente e classificados como patrimônios culturais, eles atingem outra categoria que é a de mediar simbolicamente, socialmente ou culturalmente identidades, memórias, tempos e espaços invisíveis, todos perceptíveis através das ações de quem os expõem, pesquisam e difundem o conhecimento sobre tais.

Percebe-se seu caráter de legitimador de ideias e identidades por meio dos grupos que os utilizaram, influenciando nas percepções dos espectadores hoje, desta maneira, ressalta-se o seu compromisso com o presente e as suas questões, como são produzidos, reproduzidos e apreendidos.

CAPÍTULO 3 – O CASO DAS ESTATUETAS DE PRETOS-VELHOS

As estatuetas Preta Velha e Preto Velho foram identificados no ano de 2010 através de um resgate arqueológico realizado nos Casarões da Sete, atualmente o local funciona como Salão de Eventos Culturais Rio Solimões, mais conhecido na cidade como Salão Rio Solimões (IMAGEM 1), localizado na Avenida Sete de Setembro, no bairro Centro da cidade de Manaus – AM-MA-13-SEC – com coordenadas UTM S 03°08’03,8” - W 060°01’00,9”, estando ao lado do Palácio Rio Negro.



IMAGEM 1. Salão de Eventos Culturais Rio Solimões. Fonte: Acervo da SEC.

No período em questão estavam como casas geminadas, parte desse complexo começou a ser demolido para serem realizadas modificações devido às obras do PROSAMIN³, então foi solicitado o apoio da equipe de arqueologia da Secretaria de Cultura do Amazonas (SEC) na época para verificarem o local e identificarem objetos de possível interesse da arqueologia⁴.

³ Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, tendo como parâmetros o saneamento, habitação, infraestrutura, recuperação ambiental das bacias dos igarapés, recuperação ou implantação de sistemas de drenagem, entre outros.

⁴ Essas informações foram coletadas em conversas e entrevistas com a arqueóloga responsável na época pelo Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, que recebeu as peças e redigiu um relatório com base nas informações das pessoas que realizaram o resgate do material, infelizmente este relatório não foi encontrado.

3.1 Os Casarões da Sete

No dia 04 de janeiro de 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) recebeu uma denúncia sobre a demolição de um conjunto de quatro casarões centenários, de números 1.456, 1.460, 1.468 e 1.472, localizados ao lado do Palácio Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro, bairro Centro da cidade de Manaus (IMAGEM 2). Logo em seguida o IPHAN enviou uma equipe até o local para a averiguação e confirmação dos fatos, sem placa que identificasse o engenheiro responsável pela obra, os funcionários da Construtora Andrade Gutierrez que trabalhavam no local foram indagados sobre o que estava acontecendo e estes indicaram a arquiteta da Secretaria Estadual de Cultura (SEC). Na SEC a equipe relatou e solicitou a imediata paralisação da demolição para evitar maiores danos e avaliar os fatos. Como o secretário de cultura estava ausente em decorrência de uma viagem, a sua secretária substituta afirmou não ter competência para paralisar a obra e garantiu que reportaria os fatos à arquiteta em questão. A equipe solicitou do IPHAN uma notificação oficial para a SEC e a Construtora Andrade Gutierrez⁵.

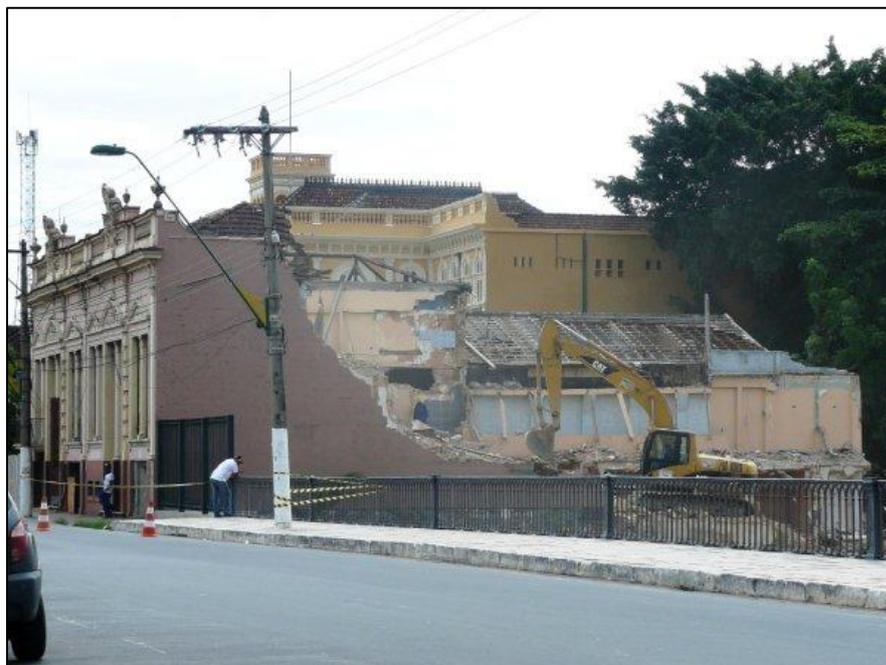


IMAGEM 2. Demolição dos Casarões da Sete.
Fonte: palavradofingidor.blogspot.com.br/2010/01/crime-de-lesa-patrimonio.html.

⁵ Dados da Informação Técnica proveniente do processo no IPHAN referente à demolição do conjunto arquitetônico. Número do Protocolo: 01490.000001/2010-22.

Datando do final do século XIX, com estilo eclético e rico em detalhes, a fachada principal ainda se encontrava preservada, os casarões possuíam tipologia geminada, dividido em dois corpos, onde cada contava com duas portas e quatro janelas. Foram utilizadas como pode ser observado na imagem, máquinas escavadeiras na destruição dos Casarões.

Como resposta a notificação nº 01/2010/Serviço Público Federal, a Secretaria de Estado da Cultura se ausentou da responsabilidade pela demolição dos imóveis, informando que não recebeu aviso da data que seria realizado o início dos serviços para que a própria realizasse acompanhamento, indicando que a obra faz parte do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus a cargo da Construtora Andrade Gutierrez. Acusou o IPHAN de enviar uma notificação ilegal, afirmando que esta não tem competência jurídica para intervir no caso, e por fim afirma que não há tombamento federal nos imóveis e na vizinhança destes.

O IPHAN é o órgão federal encarregado da fiscalização e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, instituída pelo Decreto Federal nº 99.492, de 03 de setembro de 1990 e pela Lei Federal nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, com base na Lei Federal nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

O Decreto Nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004, publicado no D.O.M. Nº 938 de 11/02/04, vai estabelecer esse Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, e vai discorrer sobre as intervenções, medidas de proteção e listar as unidades de preservação de 1º e 2º graus. Os Casarões da Sete estão inseridos neste Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus, e constam na lista de Unidades de Preservação Histórica de primeiro grau, o Casarão de nº 1.472 está na posição 274 no documento, discriminado como conjunto de prédios residencial/serviços, e contam como segundo grau, os Casarões de nº 1.456, nº 1.468 e novamente o nº 1.472, respectivamente nas posições 1.499, 1.501 e 1.502.

Destacando alguns dos artigos que refutam a colocação da SEC frente à ilegalidade da exigência de paralisação da demolição do conjunto arquitetônico e também que sustentam a posição do IPHAN sobre a notificação da decisão do embargo:

Art. 5º - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 1º Grau deverão conservar suas características originais, no respeito às suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de

ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa.

Art. 6º - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 2º Grau deverão conservar as características mais marcantes da ambiência local, no que diz respeito às suas fachadas, volumetria atual da edificação e do conjunto onde está inserida.

Art. 10º - As intervenções propostas no Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, conforme disposições do art. 38 da Lei 672/02, estão sujeitas à tutela e à apreciação especiais pela Municipalidade, mediante parecer técnico da Diretoria de Planejamento, através da Seção de Patrimônio Histórico do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, ouvida a Comissão Técnica de Planejamento e Controle Urbano.

Art. 19 - As unidades de Interesse de Preservação estarão sujeitas à legislação específica sobre a preservação e defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, utilizando subsidiariamente a Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Manaus, além da legislação normativa municipal, com as sanções previstas sobre os atentados contra a memória da cidade. (Decreto N° 7176, de 10 de fevereiro de 2004, Capítulos II, IV e VI).

Cabe ressaltar que através do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Poder Público Municipal passa a ter autonomia para criar instrumentos de proteção para aqueles bens que considera importantes para a memória e identidade da sociedade, possibilitando atuação do município nos processos e planejamento urbano da cidade de forma mais efetiva.

De acordo com o relatório técnico do IPHAN, a demolição se encontrava a cargo da empresa Andrade Gutierrez, contratada da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI), inserida nas Obras de Recuperação Ambiental e Requalificação Urbanísticas dos Igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Quarenta do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

Tendo como finalidade a construção do Salão de Eventos Culturais, esta obra não tinha licença do IPHAN e nem do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) órgão competente da administração municipal que licencia obras, intervenções, restauração, reconstrução e qualquer atividade nas Unidades de Interesse de Preservação em questão. Desta maneira houve embargo administrativo da demolição em andamento, para o levantamento dos danos e da responsabilidade dos causadores.

Em meados dos anos de 1998 estes imóveis estavam inseridos em um conjunto de 13 casas e prédios do entorno do Centro Cultural Palácio Rio Negro, que fizeram parte do Projeto Piloto da Secretária de Estado da Cultura do Turismo (SEC) denominado “Casas da Sete”, que consistia na restauração destas edificações, atendendo as premissas de preservação e recuperação das

características originais, o pesquisador Otoni Mesquita foi o coordenador do projeto na época.

Algo completamente contraditório na posição da Secretaria de Cultura do Estado ao promover este projeto e alguns anos depois, elaborar outro projeto para a construção de um salão de eventos. De acordo com documentos oficiais do IPHAN, o projeto da SEC tinha como premissas a preservação das paredes externas e da área do telhado do segmento frontal da Avenida Sete de Setembro, porém as demolições atingiram mais de 75% do conjunto, deixando a estrutura com instabilidade e riscos de desabamento. O engenheiro da construtora informou que foram realizados estudos prévios baseado no plano proposto pela SEC, porém já indicavam instabilidades nas paredes externas laterais, fundos, internas e telhados, tendo sido relatado em reuniões que tiveram como decisão a demolição desses elementos e a preservação apenas das paredes frontais.

Devido a estes fatores de riscos, a SEC recomendou a continuidade das demolições e o IMPLURB determinou que as características originais fossem reconstituídas. De modo que o conjunto arquitetônico está no entorno do Palácio Rio Negro que é um bem tombado e estão na lista de Unidades de Preservação Histórica.

Jorge (2003) chamou atenção para o fato das sociedades e pessoas serem caracterizadas por duas pulsões no mundo material, por um lado a criativa e fabricante, por outro lado a destrutiva que rompe com algo o deixando para trás. O impulso patrimonial é colocado dentro da pulsão da criação, ambas se correlacionam, levando em conta a organização da ordem humana, a memória, identidade e outras características, desta forma, se inaugura algo tanto na sua conservação quanto na sua destruição para a construção de algo novo, ao projetá-lo para o futuro.

Assim, a modernidade é marcada pela coexistência dessas duas pulsões que nos fala Jorge (2003), a contradição entre a conservação do seu patrimônio, representativo de uma memória e a destruição de vários para reconstrução ou construção, visando a inauguração do novo.

O conjunto arquitetônico apesar de ter sofrido intervenção na década de 1990, visando justamente a restauração de suas características e manutenção, foi alvo dessa contradição por parte do próprio Estado, porém, alguns órgãos como o IMPLURB e o IPHAN, se mobilizaram contra a demolição.

É interessante destacar que o fato ocorrido nos Casarões da Sete chamou a atenção da própria população que fez reclamações sobre a demolição, o jornal Diário do Amazonas de grande circulação na cidade⁶, em janeiro de 2010 fez uma matéria sobre a demolição dos casarões para a construção do salão de eventos que seria incorporado ao Parque Senador Jefferson Péres e ao Centro Cultural Palácio Rio Negro, levantando também a questão da intervenção de restauração que passaram na década de 1990 e procurando algumas autoridades para obter essa resposta para a população. A assessoria de comunicação do PROSAMIM, assim como a SEC em resposta ao IPHAN, tentou se justificar afirmando que os quatro prédios não eram tombados como patrimônio histórico, no entanto, vimos que são protegidos pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Estado.

Compreender o contexto no qual os objetos foram identificados é fundamental para a explicação de suas matrizes complexas, infelizmente não há registro fotográfico, ou relatórios detalhados do trabalho arqueológico realizado neste espaço, por sorte, contamos com a informação oral, que foi posteriormente escrita em um banco de dados digital que estava sendo construído no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, sobre a relação de material e sítios arqueológicos e históricos na cidade de Manaus.

3.2 Além do que se vê nos pretos-velhos

Os artefatos identificados formam um conjunto bastante interessante (IMAGEM 3), pois, junto com as peças estava a imagem de uma Santa da Igreja Católica, Nossa Senhora Conceição e um Filtro Inglês da Fábrica Cheavin's de letra D (IMAGEM 4) em um dos compartimentos. Além deste material foram identificados também fragmentos de grés e de vidro, porém não foram coletados. Inicialmente o que chama logo a atenção é o sincretismo evidente, mas podem ser realizadas uma série de inferências também quanto a sua produção, circulação de significados, práticas, papel religioso e social.

⁶ O recorte de jornal consultado está inserido no processo do IPHAN de nº 01490.000001/2010-22, infelizmente ele foi anexado sem a identificação da data, mas sabe-se que foi publicado no mês de janeiro.

Todas as peças identificadas estão expostas no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, no Palacete Provincial, local que detém a salvaguarda desse material, conforme as imagens a seguir:



IMAGEM 3. Casal de pretos-velhos e Santa no expositor do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza. Foto: Tammy Rosas, 2016.



IMAGEM 4. Filtro Inglês da Fábrica Cheavin's de letra D. Foto: Jorge Denis, 2010.

As pesquisas sobre a temática da presença negra no Amazonas é recente, apenas há algumas décadas, o campo da historiografia e antropologia voltaram-se para ela (SALLES, 2005; SANTIAGO, 2010; SAMPAIO, 2011), ainda assim há muitas lacunas a serem vencidas. A Arqueologia Histórica busca evidenciar a luz sobre essa memória por muito tempo renegada, mas que pode ser desvelada através cultura material. As estatuetas por não terem datações nos possibilitam enorme variedade de interpretações e contextos. A partir destas perspectivas reconhecemos estes artefatos como pertencentes aos *lugares de memória* (NORA, 1993) na medida em que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Além de ter um valor concreto, nos remetem também a algo imaterial, os pretos-velhos e as pretas-velhas são representações de figuras de escravos negros vindos da África para o Brasil e também aqueles nascidos em solo brasileiro, sendo sacralizados através de seu culto (DIAS & BAIRRÃO, 2011) trazem conseqüentemente à tona a memória coletiva da escravidão.

Há certo consenso entre os pesquisadores quanto a algumas características destes personagens, tidos geralmente como espíritos de escravos de origem africana e afro-brasileira, considerados, pacientes, tolerantes, humildes, bondosos, resignados e dotados de saberes, são chamados também de curandeiros, feiticeiros e mandingueiros, realizando todo tipo de tratamento, desde benzeduras até cirurgia. (SANTOS, 1998; DIAS & BAIRRÃO, 2011). Não faremos uma discussão sobre o viés religioso ou dos processos rituais, mas refletir sobre as diversas identidades, as memórias e a apropriação destes objetos. Por isso:

Os espaços são, em princípio, definidos a partir das suas funções (áreas residenciais, comerciais, mistas, públicas, cívicas, administrativas, religiosas, aterros, depósitos de lixo, áreas livres, etc.). A compreensão dos processos geradores seletivos e deposicionais dos artefatos, bem como a análise da sua distribuição espacial são determinantes para esta definição. Raramente eles estão dispostos primariamente, na medida em que acompanham toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que dela são um testemunho. Não devem, entretanto, ser desprezados por não estarem mais em seus contextos originais, e sim decifrados com referência à maneira como foram deixados; se corretamente decodificados mantêm-se como uma valiosa fonte de informação [...]. (LIMA, 1988, p.93).

Ao serem identificadas as peças estavam em lugares bastante peculiares, no qual faz-se também inferências com a imagem da Santa, pois ambos estavam próximos, representando claramente à primeira vista o sincretismo religioso. A Santa se encontrava em um patamar mais elevado, estava em uma prateleira no rol de entrada que dava acesso ao primeiro piso, o preto-velho estava posicionado no chão atrás da porta de entrada e a preta-velha estava encostada no sopé da escada que dava acesso ao primeiro andar. Indicando provavelmente proteção ao local, entretanto, deve-se levar em consideração que estes objetos carregam significações variadas quando apreendidas por diversos grupos, seja em funções coletivas – no interior dos cultos religiosos –, pessoal – atendimento individualizado por médiuns – ou íntimo – relações cotidianas, desinstitucionalizadas em âmbito doméstico. (DIAS, 2006).

Como o próprio nome já os identificam, preto-velho e preta-velha, fazem referência aos anciãos negros do passado, visualmente produzem um efeito ao referenciar através da sua forma material e características, uma atmosfera da escravidão (IMAGEM 5).



IMAGEM 5. Preto-velho e Preta-velha. Foto: Flávia Fernandes, 2016.

Os objetos foram produzidos em cimento com um esqueleto de ferro interno, talvez um arame, que foi tirado posteriormente, nas quebras das peças podia se observar os pequenos buracos que ficaram impressos, a preta-velha com 35,7 cm e o preto-velho com 35,5 cm, ambos com postura curvada e expressão facial transparecendo certo cansaço, com marcas de chicotes pelos corpos indicativo dos castigos sofridos, ambos com vestimentas brancas cujo material remete aos sacos de panos em que eram carregados o café e outros produtos, a preta-velha possui um lenço na cabeça e está com os pés descalços, o preto-velho veste apenas uma calça branca, e ambos estão com cachimbos nas bocas, indicativos das peças de arte sacra.

Quanto ao estado de conservação, as duas peças não estavam completas, a preta-velha não possuía o braço direito e a mão esquerda e o preto-velho não possuía os braços, o pé direito e parte da perna esquerda, mas ao que tudo indica também estava descalço, ela estava sentada ao que parece ser um tronco de madeira e o preto-velho foi identificado apenas na posição como se estivesse sentado, podia estar sentado em um tronco de árvore ou em um banco com um pilão, todos característicos destes artefatos. Possibilitando uma ponte entre o passado e o presente, suas características agregam conjuntos variados, entre o social, o cultural e o religioso, fazendo referências diretas à identidade e a uma herança negra.

Estas estatuetas são muito comuns em religiões de matrizes africanas, no Brasil caracterizadas por hibridações, surgiram como resultado do encontro de religiões ou tradições africanas, do espiritismo e do catolicismo. Desta maneira, há diferentes versões de pretas-velhas e pretos-velhos presentes em cultos afro-brasileiros e espiritistas, como no candomblé Ketú, no candomblé de caboclo, na quimbanda, no espiritismo kardecista entre outros, em muitos casos são utilizados como mediadores nos processos de possessões (SANTOS, 1998; DIAS, 2011).

Por outro lado, este personagem também se faz presente na literatura, música, folclore, músicas entre outros meios, tendo um reconhecimento público. De acordo com Santos (1998) o preto-velho do folclore, elaborado ainda no regime escravocrata, era visto de maneira pejorativa pela sua cor, por ser velho, representava o negro quilombola e bárbaro, já na literatura, as pretas-velhas e os pretos-velhos foram criados para representarem a mãe carinhosa, cozinheira,

submissa e parteira, os pretos-velhos representavam feiticeiros e velhos contadores de histórias, levando em consideração que essa construção estava em conformidade com as teorias raciais vigentes da época, a sua imagem assimilada pela tradição católica popular, houve uma junção do negro caracterizado no folclore e na literatura, em conformidade com as perspectivas católicas populares, ou seja, representavam os negros cristianizados.

Apesar da maioria dos pesquisadores caracterizá-los como pacientes, resignados e submissos, deve-se levar em consideração os atos de rebeldia que conseqüentemente também rodeiam estes personagens, contribuindo para as diversas possibilidades de apreensões que os grupos podem contemplar.

Ao abordar algumas considerações a cerca dos pretos-velhos, surgem questões sobre a própria identidade de tal personagem em conformidade com a identidade de determinada coletividade que os utilizam, por exemplo, as características dadas ao preto-velho em determinado local de culto – institucional ou individual – modelam estes personagens de acordo com suas concepções e representatividade, os elementos característicos das identidades podem ser reconhecidos, não somente através das perspectivas psicológicas, sociais e políticas, mas também nos contextos arqueológicos, assim a cultura material é uma forma de representação dos grupos. Desta forma, compreendemos que a identidade tem expressão material, e são formadas não apenas por elementos psíquicos e sociais, mas também simbólicos e materiais como é colocado por Viviane Castro ao abordar o uso deste conceito na arqueologia. Assumindo que:

O conceito de identidade utilizado na arqueologia parte do campo conceitual da identidade coletiva. No sentido utilizado nas Ciências Sociais e na Antropologia as identidades coletivas estão relacionadas com a noção de comunidade, da inserção em determinado grupo. As identidades coletivas são consideradas, desta maneira, como um dos componentes da identidade cultural. (CASTRO, 2008, p.16)

Camilla Agostini (2009) realizou diversas pesquisas arqueológicas na região sudeste brasileira tendo como recorte temporal o século XIX e como objetos de estudo os vestígios materiais associados a escravos e ex-escravos, como os cachimbos, pois geralmente eram associados diretamente ao uso cotidiano dos escravos. Expondo os aspectos metodológicos utilizados com o objetivo de tratar das diferentes abordagens que podem ser aplicadas aos diferentes tipos de fontes, a pesquisadora defende o potencial da Arqueologia Histórica, na busca pela

manutenção de traços étnicos e as remodelações identitárias. Dentre os diversos tipos de fontes apresentados sobre a utilização dos cachimbos, podem ser citados os processos criminais ou as listagens de comércio, a autora mostra também que através da iconografia de viajantes naturalistas do século XIX é possível identificar representações de escravos fumando cachimbo (AGOSTINI, 2009), esta associação do escravo com seu cachimbo ultrapassou séculos e hoje constitui uma das características dos personagens pretos-velhos e pretas-velhas.

Considerados como referenciais de identidade e etnicidade, os cachimbos cerâmicos identificados em contextos nos sítios arqueológicos históricos também apresentam decorações (LIMA, 1993; AGOSTINI, 2009), e muitas destas decorações representam as marcas tribais expressas nestes objetos, uma forma encontrada para expressar a identidade. Deste modo concordamos com a posição de que:

Acreditamos que o contexto de uso dos cachimbos, assim como a dispersão e/ou concentração de padrões decorativos a eles relacionados pode ser uma direção para a compreensão de uma estratégia sutil de resistência, que se expressaria através da manutenção de traços étnicos em suportes de uso cotidiano. (AGOSTINI, 1998, p.124).

Assim como as marcas tribais expressas nos cachimbos são representativos das identidades, as marcas nos corpos das estatuetas também o são. Indicando uma associação com o negro cativo e castigado, a cultura material atua como um testemunho e uma possibilidade de produzir novas concepções a partir da percepção de seus traços.

A consideração do conceito de identidade como uma construção coletiva e não estática (TOCCHETTO, 1991; AGOSTINI, 1998), tem seu apoio no simbolismo da escravidão e na sua representatividade contemporânea para a construção social e cultural destes personagens, estabelecendo um diálogo com a memória.

Tal como apresentado por Pierre Nora (1993), os lugares de memória apresentam três sentidos, o material, o funcional e o simbólico, os quais estão simultaneamente interligados, mostra que o material só é lugar de memória quando investido de uma imaginação simbólica, o funcional quando inserido na categoria de objeto de um ritual, e o simbólico quando dispõe de um recorte material caracterizando uma experiência vivida, as estatuetas não são do período escravocrata, mas são a materialização da memória coletiva a qual está estritamente conectada com este período.

A isto Pollack (1992) fala de uma memória que é herdada, no sentido de que eventos ou acontecimentos fora do tempo-espço de uma coletividade são socializados politicamente e historicamente, ocasionando um sentimento de identificação deste grupo com determinado passado. Mas também deve-se levar em consideração que esta memória sofre alterações no momento de uma nova articulação, como já foi discutido, estas estatuetas projetam significações variadas dentro dos diversos grupos, alguns os associam à resignação, bondade e submissão outros os associam às lutas, ao negro que fugia para os quilombos que não aceitava a condição imposta.

É muito comum em algumas casas brasileiras a presença do preto-velho ou da preta-velha em quadros, imagens ou *souvenires*, entretanto, em concomitância com essa aceitação ainda há negação por outro lado carregado de preconceitos sobre tais.

O contexto destas estatuetas, além de seu local atual de guarda é o que foi também descrito em sua identificação nos Casarões da Sete, a temporalidade pautada está nas relações entre o passado e o presente sugeridas e através do contexto arqueológico o qual nos fornecem a ideia de uso cotidiano doméstico e não em um culto institucionalizado. Quanto a espacialidade dos objetos no contexto em que foram identificados, indica uma posição secundária dos personagens frente à imagem da Santa, Nossa Senhora da Conceição que se encontrava em uma prateleira em evidência, numa posição de destaque e elevada.

Estes objetos perpassam por várias esferas, tanto culturais, quanto sociais, políticas, econômicas, históricas, artísticas e não estão inseridos apenas no campo ritualístico, entretanto, geralmente são vistos apenas como objetos rituais, carregado de preconceitos por várias pessoas. Apesar do reconhecimento da diversidade cultural na construção da ideia de Brasil, convivemos ao mesmo tempo, com um grande desconhecimento também.

3.3 Cultura material afro-brasileira em museus

As expressões culturais materiais e imateriais afro-brasileiras foram tratadas sob diversas perspectivas ao longo da trajetória do pensamento social brasileiro e de construção da identidade nacional.

Vistos durante muito tempo ainda sob as lentes teóricas raciais europeias, ainda na década de 1930 no momento da institucionalização por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, houve seleção de bens privilegiando especificamente os de “pedra e cal” representativos de uma colonização europeia e grande marginalização de outros, como as representações culturais negras (LIMA, 2012).

Neste contexto, foi negado o direito à valorização das suas expressões culturais, entretanto deve-se levar em consideração algumas ações realizadas pelo SPHAN como o tombamento em 1938 da Coleção do Museu de Magia Negra pertencente à polícia civil do Rio de Janeiro, formada através da apreensão e repressão policial no início do século XX, a partir de 1945 essa coleção passa a fazer parte do Museu de Criminologia. Vistos de maneira depreciativa, estes objetos não foram alvo de valorização da cultura negra no Brasil, mas sim uma forma de expor o exótico, destacando que este foi o primeiro tombamento etnográfico inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (CORRÊA, 2005; LIMA, 2012).

Outra ação foi o tombamento em 1984 do terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká também conhecido como terreiro da Casa Branca do Engenho Velho localizado na Bahia, foi resultado das discussões sobre a democratização da gestão do patrimônio, da ampliação do conjunto de bens tombados e dos movimentos negros de reivindicação da valorização da cultura afro-brasileira, apesar de estar dentro de outro contexto diferente do anterior, houve certa relutância por parte do Conselho (LIMA, 2012; NOGUEIRA e NASCIMENTO, 2012).

Ainda em 1986, tivemos o tombamento da Serra da Barriga, em Alagoas, local onde existiu o Quilombo dos Palmares, tendo ampla participação dos movimentos negros e antirracistas (ALLEN, 2011; LIMA, 2012; NOGUEIRA e NASCIMENTO, 2012). Estes dois últimos também inscritos no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – antigo SPHAN.

Um salto qualitativo foi dado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 no qual considera:

Art. 215. **O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - **O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras**, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I **defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;**

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV **democratização do acesso aos bens de cultura;**

V **valorização da diversidade étnica e regional.**

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - **O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (Grifo nosso).

Esta Constituição deu as diretrizes necessárias para a criação do Decreto nº 3.551 de 4 de Agosto de 2000 o qual institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial por meio de inventários a serem inscritos no Livro de Registros, que passam a constituir o patrimônio cultural brasileiro e cria o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial" ampliando ainda mais as possibilidades de preservação e reconhecimento de um enorme leque de elementos culturais.

Da sua materialidade à imaterialidade é perceptível a diferença temporal entre as medidas tomadas para a valorização da cultura de uma maneira menos centralizadora, reconhecendo enfim a diversidade e importância das culturas existentes no país.

José Reginaldo Gonçalves (2007) vai colocar que os discursos modernos sobre o patrimônio cultural não se pautam mais em um patrimônio ligado a uma propriedade herdada, mas sim no seu caráter de construção ou invenção, tendo como prerrogativa expressar sua identidade e sua memória, porém estes objetos precisam encontrar “ressonância” junto ao seu público, do contrário haverá rejeição. Esta categoria do patrimônio está ligada ao poder de “evocar” as dimensões culturais mais complexas, possibilitando reflexões, entendimento e reconhecimento.

Outra característica importante que aborda é a sua materialidade, mesmo que o patrimônio esteja na categoria do “imaterial” ou “intangível”, este autor, vai colocar que o patrimônio é uma categoria ambígua, pois transita entre as duas dimensões, de modo que a materialidade é a substância da vida social e cultural.

Por último vai defender que a subjetividade, está ligada diretamente à noção de patrimônio articulada através da autoconsciência individual e coletiva. As estatuetas se inserem nesta categoria justamente ao evocar através de sua materialidade a ancestralidade africana, através de relações entre o presente e o passado na busca por uma memória coletiva, ressaltando os interesses variados de suas apreensões.

No Estado do Amazonas, podemos destacar, no ano de 2014 o reconhecimento oficial da Comunidade do Barranco de São Benedito, localizado no bairro da Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus, o segundo quilombo urbano reconhecido no Brasil.

A Festa de São Benedito é uma festividade religiosa da Comunidade do Barranco, realizada anualmente pelos moradores e conta com a participação de pessoas de toda a cidade, sendo passada de geração em geração. O Ministério Público Federal no Amazonas fez uma recomendação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que a Festa de São Benedito fosse reconhecida como patrimônio cultural brasileiro (PONTES, 2016).

O Quilombo Urbano do Barranco de São Benedito é também considerado como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas, por meio da Lei Estadual N.º 4.201, de 23 de julho de 2015.

Em alguns museus é comum encontrar acervos com materiais do período da escravidão, porém quase não é possível encontrar lugar para a cultura material do seu período em liberdade, e quando encontrados são vistos como resultado de um período o qual representavam o exótico como os objetos rituais recolhidos como

prova de crime e feitiçaria no início do século XX, não sendo analisados outros contextos, mas isto não é uma regra, pois em alguns museus como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP – agregam coleções de meados do século XX, como as coleções Pierre Verger, Breziat e Guimarães e a coleção Registro Sertanejo do MAE-USP (AMARAL, 2000), assim como o Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza em Manaus com as estatuetas de arte sacra afro-brasileira.

Uma das motivações que levaram a esta pesquisa foi justamente essa peculiaridade encontrada no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza. As peças expostas chamavam bastante a atenção dos expectadores, porém não havia nenhum tipo de informação sobre tais, desta maneira havia uma certa barreira com o público em geral, que visitavam a exposição.

Através do inventário e catalogação realizada, foi produzido uma ficha e fixada no expositor que não continha apenas o nome e local de identificação, mas que introduzia às pessoas as dimensões que os personagens evocavam, de modo positivo, estabeleceu o desenvolvimento de reflexões sobre a presença negra há poucos séculos no Estado e o cotidiano atual.

Infelizmente, no mês de abril houve um alagamento todo o subsolo do Palacete Provincial, devido a uma forte chuva e problemas na rede de drenagem do esgoto nesta área, porém não foram resolvidos a tempo, como consequência, muitos expositores viraram com a força da água, os pretos-velhos e a Santa foram alguns dos materiais atingidos e quebrados.



IMAGEM 7. Estatuetas quebradas após a queda do expositor ocasionado pelo alagamento. Foto: Flávia Fernandes, 2017.



IMAGEM 8. Pretos-Velhos com todas as partes quebradas e Imagem da Santa que não sofreu nenhum tipo de dano na queda. Foto: Flávia Fernandes, 2017.

A cultura material objeto de pesquisa da arqueologia não é necessariamente a busca pelo objeto em si, mas sim daqueles que estão por trás, das interpretações que sugestionam e das relações a serem desveladas.

As variadas significações das representações sociais e culturais dos objetos nos dizem muito sobre um passado recente de luta pela valorização da cultura afro-brasileira, pela construção e reivindicação de uma memória coletiva negligenciada por diversos setores, os quais merecem respeito.

Ao questionar qual a sua importância no Amazonas, assim como para o país, destacamos que o potencial das estatuetas dos pretos-velhos está justamente na capacidade de apontar várias histórias, estabelecendo um suporte tanto material quanto imaterial através da sacralização destes objetos, ao cultuar o passado e a ancestralidade afro-brasileira se caracterizando como um fenômeno de identidade.

A legislação atual incentiva a proteção, valorização e gestão compartilhada desses elementos culturais, entretanto a “ressonância” que influenciará em um sentimento de pertença é crucial para que estes artefatos não sejam “cristalizados”, intocáveis sem nenhum tipo de estudo dentro dos museus e outras instituições.

Apenas guardar não significa a preservação destes objetos, o inventário realizado através do projeto de pesquisa que resultou nesta monografia, é uma forma também de preservação, além da organização do acervo e acesso rápido aos dados das estatuetas por funcionários do laboratório e outros pesquisadores que se interessarem por esta temática, mesmo que através de outros olhares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido através deste Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo apresentar uma pesquisa no âmbito da arqueologia histórica refletindo sobre a memória e identidade através dos objetos. Sendo possível desenvolver uma pesquisa nesta perspectiva sem que o material estivesse em seu local de origem e com algumas lacunas nas informações, mas com alguns dados da sua identificação disponíveis por meio da oralidade e um breve registro sobre tais.

Foi possível observar através das pesquisas em campo no Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, as visitas de algumas pessoas neste espaço e ao chegarem nesta coleção em exposição se mostrarem curiosos. Apenas o nome e o ano de identificação são insuficientes para o seu reconhecimento perante os espectadores, assim como para a construção de conhecimento, desta forma, a ficha elaborada com um breve resumo sobre os personagens teve um resultado positivo, ao introduzir os visitantes aos dados da pesquisa de maneira simplificada associado com a característica visual das próprias peças a dimensões mais amplas.

O envolvimento da comunidade depende muitas vezes da ressonância, esta por sua vez precisa do incentivo e medidas para despertar o sentimento de pertencimento, pois em muitos casos as religiões de matrizes africanas são vistas de maneira pejorativa pelo desconhecimento da própria população de suas práticas, diferenças, origem e significados, desta maneira os artefatos ligados a elas são marginalizados e sua história rejeitada.

De acordo com Hartog (2013) ao tratar do presentismo, o horizonte do presente se destaca em relação ao passado e ao futuro, isso devido o progresso, as guerras do século XX, o consumo desenfreado, os novos discursos sobre as identidades nacionais e outras características contemporâneas que fechou o presente em si mesmo, valorizando o imediato. Com isso, determinadas atitudes de reparação histórica profundas, se perdem nessa perspectiva temporal, hoje, vivemos um tempo de intolerância, pois apesar das políticas de inclusões e valorização da pluralidade cultural, o imediatismo das ações acaba isolando essas conquistas do restante da sociedade.

A estruturação da memória coletiva em torno dos personagens está diretamente conectada com o sentido de identidade e nos apresentam o seu potencial de integração social. A potencialidade patrimonial dos objetos incide de certa forma, em vários casos na atribuição de valor de mercado, garantindo a manutenção das características legitimadas esteticamente, como por exemplo, os *souvenirs*.

A percepção que podemos ter e que as peças sugestionam nos mostram um pouco sobre este campo não visual que está por trás delas, levando em consideração o estudo desenvolvido através de outros campos do conhecimento como a História e a Antropologia, a relatividade das interpretações contribuem para a construção do conhecimento através de uma vertente nova, a da Arqueologia.

Quando determinados conjuntos de objetos materiais são classificados como “patrimônios culturais”, agem de maneira a nos “inventar”, individualmente e coletivamente, essa característica de invenção, a partir desta classificação se manifesta de diversas formas em todas as sociedades humanas (GONÇALVES, 2007).

Para ser considerado um patrimônio cultural, deve haver uma evocação e representação para a coletividade, a materialidade deste patrimônio possui também uma vertente imaterial que emana nas pessoas o que carrega, ou seja ela traduz significados, ressaltamos a importância da valorização das diferenças, da preservação dessas identidades, memórias e resistências.

Infelizmente a enchente ocorrida no mês de abril de 2017 e o alagamento do museu e laboratório tiveram como consequências a destruição de grande parte do objeto de pesquisa desta monografia, não há previsão para a restauração das peças, mas foi solicitado providências quanto a estas questões que podem por ventura se repetirem a qualquer momento.

Esperamos que a análise desenvolvida e o diálogo estabelecido com outros campos abram caminhos que contribuam para futuras pesquisas sobre esta temática, levando também em consideração o conjunto arquitetônico em que foram identificados e da sua demolição ilegal, bem como os outros objetos identificados neste local, como o filtro e a Santa.

FONTES DOCUMENTAIS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo 01490.000001/2010-22, referente à demolição do conjunto arquitetônico.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p.39-47.

AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, UEPG: Ponta Grossa, 1998.

ALLEN, S. J. . O acautelamento do patrimônio arqueológico em solos sagrados. In: Carvalho, M. R.. (Org.). **O Patrimônio Cultural dos Templos Afro-Brasileiros**. 1ed.Salvador: IPHAN/OITI/OAS, 2011, v. , p. 95-115.

AMARAL, RITA. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, v. 10, 2000.

AMAZONAS. Câmara Municipal de Manaus. **Lei Orgânica do Município de Manaus**. Manaus: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <<http://www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LOMAN-2005-Atualizada-para-Internet.pdf>>.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004**. Estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus. Manaus: Diário Oficial do Município No. 938 de 11 de fevereiro de 2004 4 e republicado no Diário Oficial do Município No. 1018 de 14 de junho de 2004.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. De cultura material, memória, perdas e ganhos. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 27-42, jul./dez. 2009.

BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** - FAFICH-UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-116, jul./dez. 2007.

BRASIL. **Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>

BRASIL. **Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970.** Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Decreto Federal nº 99.492, de 03 de setembro de 1990.** Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura IBAC, Biblioteca Nacional (BN), e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99492.htm>.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.029, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm>.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC e da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8113.htm>.

BRASIL. **Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcante de. O uso do conceito de identidade na arqueologia. **CLIO**. Série Arqueológica (UFPE), v.1, p.170-188, 2008.

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. **Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Uma Arqueologia da Arquitetura**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. In: **MNEME REVISTA DE HUMANIDADES**, V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral.

COSTA, D. M. Arqueologias históricas: um panorama temporal e espacial. **Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. 2010.

DEETZ, James. **In small things forgotten. An Archaeology of Early American Life**. New York: Anchor Books, 1996.

DIAS, Rafael de Nuzzi; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Aquém e além do cativo dos conceitos: perspectivas do preto-velho nos estudos afro-brasileiros. **Memorandum**, 20, 145- 176, 2011.

FEITOZA, Paulo Fernando de Brito. Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível. **Revista eletrônica Aboré**, v. 2, p. 1-17, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil** / Maria Cecília Londres Fonseca. 2. Ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MINC – IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 56-76.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 48ª ed. ver. – São Paulo: Global, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e Métodos na Arqueologia Contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Dossiê Arqueologias Brasileiras**, v6, n.13, dez.2004/jan.2005.

GASPAR, Maria Dulce. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. Estudos Bibliográficos: Ensaio - **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo**, 13: 269-301, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios** / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARÃES, Carlos M. e LANNA, Ana L. Lanna. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas, Antropologia**, 31, pp.147-164, 1980.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JORGE, Vítor Oliveira. Das sete vidas dos objetos. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, I Série vol. 2, p. 843-864, 2003.

KERN, Amo Alvarez. A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões. 1989 **Clio, Série Arqueológica**, 5:101-114.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**/ Arjun Appadurai; Tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, Carlos, Alberto Cerqueira. O que é patrimônio histórico. **Coleção Primeiros Passos**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2000.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial** / Alessandra Rodrigues Lima – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

LIMA, Helena P.; MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. **Revista de Arqueologia**. V23, n. 1, p. 90-107, 2010.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. **Clio – Série Arqueológica** [S.l.], v. 5, 1988.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, v. XXVIII, nº 2, o. 7-23, dezembro de 2002c.

LIMA, Tania A. et al. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. In: **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**. São Paulo: USP, Nova Série, nº. 1, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, 1983.

NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia. Patrimônio cultural e cultura afro-brasileira: conflitos e mediações. In: _____ e _____ (orgs.). **Patrimônio cultural, territórios e identidades**. Florianópolis: Atilénde, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Memória e História**. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PONTES, Aldrin Bentes. **Direito ao reconhecimento das terras ocupadas por quilombolas em Manaus**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2016.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 10-31, dezembro/fevereiro 1999-2000.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará. Sob o Regime Da Escravidão**. 3ª Edição. Belém: Instituto De Artes do Pará, 2005.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História** (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.

SANTIAGO, Maria Célia. “A presença negra em Manaus durante o processo de libertação dos escravos”. In.: MACIEL, Elisângela Socorro (org.) **Revista Clio: história em perspectiva**. Ano 1, n,1 – Manaus : Uninorte/Laureate, 2010.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Transversalidade e Áreas Convencionais**. / Elizabeth da Conceição Santos. Manaus: Edições UEA / Editora Valer, 2008.

SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. **Preto Velho: as várias faces de um personagem religioso** / Eufrázia Cristina Menezes Santos. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: Uma Revisão dos Últimos Vinte Anos. In. **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**/ Organização de Walter Fagundes Morales e Flavia Prado Moi. – São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **A cultura material do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica**. Dissertação de mestrado, UFSC-SC, 1991.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, vol.12, n.1. Rio de Janeiro Apr., p. 237-248, 2006.